

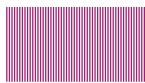
PLANO 2010

ibase.

Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas

PLANO 2010

ibase.
Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas



**PLANO
2010**

**Ibase – Instituto Brasileiro de Análises
Sociais e Econômicas**

Av. Rio Branco, 124/8º andar – Centro
CEP 20040-916 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: +(21) 2178.9400 Fax: +(21) 2178.9402
ibase@ibase.br
www.ibase.br

Conselho Curador

Sebastião Soares – presidente
João Guerra – vice-presidente
Carlos Afonso – 1º secretário
Nádia Rebouças – 2ª secretária
Sonia Carvalho – 3ª secretária

Suplentes

Claudius Ceccon
Cleonice Dias
Carla Rodrigues
Jean-Pierre Leroy
Jorge Romano

Conselho Fiscal

Jaime Patalano
Pedro Celestino
Mário Osava

Suplentes

Lia Blower
Manuel Lapa e Silva
Celso Japiassu

Direção-executiva

Cândido Grzybowski – diretor-geral
Dulce Pandolfi
Francisco Menezes
Moema Miranda

Coordenadores(as)

Antonia Rodrigues
Fernanda Carvalho
Itamar Silva
João Roberto Lopes Pinto
Luzmere Demoner
Renata Lins

Plano Ibase 2010

Também disponível em <www.ibase.br>

SUMÁRIO

Apresentação	4
Objetivos institucionais	8
Cronograma institucional 2010.....	9
Parte I – Projetos e Atividades	11
Parte II – Administração e Finanças	31
Parte III – Comunicação	34
Parte IV – Desenvolvimento Institucional	39
Parte V – Secretaria Geral	45
Parte VI – Participação em Conselhos	47
Parte VII – Participação em Fóruns e Redes.....	49
Riscos.....	53
Quadro dos compromissos assumidos 2010	54
Equipe Ibase	57
Associados(as).....	58
Fontes de financiamento.....	59
Siglas e abreviaturas	60

APRESENTAÇÃO

Desafios e prioridades para 2010

O ser e o agir do Ibase são resultados de opções estratégicas e de circunstâncias. As escolhas de nossas estratégias devem sempre refletir as apostas da organização – a radicalização da democracia, no caso do Ibase – e seus princípios e valores éticos traduzidos nos objetivos, nas temáticas, nos projetos e nas atividades a serem realizadas. No entanto, reafirmamos aqui o que dissemos na apresentação do Plano 2009:

“Não temos controle sobre as condições do meio em que nos localizamos, mas precisamos bem avaliá-las para saber como e onde incidir. Nossa identidade institucional e política como Ibase é marcada por nossa condição de cidadãos e cidadãs brasileiros(as) localizados no Rio de Janeiro. É a partir daqui que vemos o Brasil e o mundo. Por mais cosmopolitas e universais que sejamos em nossa visão e missão, é a visceral ligação com o local e o nacional que acaba nos moldando e determinando as possibilidades do que fazer. E fazer parte do Brasil, nesta hora, significa muita coisa. Pelo tamanho de nossa população e pelo enorme patrimônio natural que nos cabe, pela economia e pela cultura que criamos, pela institucionalidade democrática que conquistamos, pela presença na arena regional e mundial, o Brasil se destaca nessa crise como espaço de construção de outros mundos. Não podemos ignorar essa circunstância, pois o que fizermos tem a ver com o aqui e o agora, mas, com implicações maiores do que para nós mesmos, afeta outros povos e outras situações. Isso vale para o próprio Ibase, dada a sua responsabilidade e presença em vários espaços internacionais.”

O Plano 2010 do Ibase deve ser visto como transitório, no entanto, aprofunda mudanças anunciadas e implementadas em 2009, mas que vai além, em uma busca consciente de *refundação e atualização*¹ da organização e do seu agir para responder aos novos desafios e às novas possibilidades. As bases desse novo Ibase que está sendo pensado foram construídas pelo processo desencadeado pela Plataforma Ibase, que nos deu um rumo legitimado pela grande participação de parceiros(as) da sociedade civil do Brasil e de mais uns 30 outros países. Reafirmou-se a estratégia de radicalização da democracia, mas se quer um Ibase com raízes bem plantadas no Rio de Janeiro e capaz, ao mesmo tempo, de ser um nó forte e uma referência, no Brasil e no mundo, da extensa rede da emergente cidadania planetária engajada na construção de sociedades sustentáveis, participativas, diversas, promotoras de justiça social e ambiental.

Estamos em transição porque precisamos redefinir nossas prioridades, rever nossos modos de nos organizarmos e agirmos para que tenhamos maior eficiência, efetividade e impacto político e criemos novas bases de sustentabilidade política e financeira. Tudo isso sem perder identidade institucional, firmeza de valores e princípios que defendemos e legitimidade junto a parceiros(as) e aliados(as) locais, nacionais, regionais e mundiais. Diante de tal desafio, e inspirados pela Plataforma, decidimos realizar a avaliação institucional neste ano de 2010 e

1. Atualização com renovação.

considerá-lo um ano de definição de um novo lineamento estratégico para o Ibase. Essa é uma grande prioridade em termos de desenvolvimento institucional.

O ano de 2010 tem suas especificidades. O mundo continua na bruma. A “crise de civilização” – do modelo industrial, produtivista e consumista, e seu impacto no meio ambiente e nas próprias condições de vida no Planeta –, levada ao extremo pela globalização capitalista neoliberal, comandada por grandes corporações econômicas e financeiras, sem regulação, parece não ter chegado ao fundo do poço. Não há consenso e nem real vontade política dos atuais “donos” do mundo para enfrentar os grandes desafios de uma mudança profunda do desenvolvimento, até aqui seguido, para garantir a sustentabilidade da vida e das sociedades. O certo é que essa já é uma agenda incontornável para a humanidade, para os diferentes povos do mundo, mesmo que seus dirigentes, seus Estados e suas empresas não a considerem com as devidas atenção, urgência e responsabilidade.

O Ibase deve priorizar tal questão com base em uma perspectiva de democracia radical, contribuindo com pensamento e ação, forjando alianças e coalizões, participando de eventos e campanhas, mobilizando e pressionando do Rio ao mundo. Para isso, a instituição tem importante patrimônio de relações, parcerias e redes pelo Brasil e mundo afora. Fazer isso é ir em busca de sua *autorrefundação e aggiornamento**.

No Brasil, potência emergente na geopolítica mundial, corremos o risco de cair na tentação de usar a enorme base natural para implementar de forma mais intensa e destrutiva um modelo de desenvolvimento do passado, com todas as injustiças sociais e ambientais geradas aqui e no exterior. Cabe juntar as forças vivas da cidadania para se contrapor por meio de um grande movimento, uma nova onda democratizadora, capaz de gerar alternativas democráticas e sustentáveis ao desenvolvimento que se esboça. Em 2010, temos a oportunidade de instaurar um grande debate sobre nós mesmos e nosso lugar no mundo. Trata-se de ano eleitoral. O Ibase, para exercer papel de organização de cidadania ativa, sem ser partidário, deverá ter clareza e ousadia e trazer ao debate público as questões não visíveis, com a identidade e a voz dos(as) condenados(as) a sofrer a injustiça socioambiental, a discriminação e a dominação.

Internamente, entramos em 2010 em um verdadeiro processo de mudança, buscando novo desenho institucional. A avaliação e o processo de planejamento estratégico vão ser momentos decisivos, com envolvimento de todo o Ibase, sob a liderança de sua direção recomposta e a orientação do Conselho Curador. Tendo aprendido muito com a iniciativa de projetos agregadores em 2009, em 2010 passaremos de uma estruturação em Linhas Programáticas e Estratégias Institucionais para algo mais dinâmico e integrado, com grande flexibilidade, constituindo equipes interdisciplinares e atuando como Grupos de Trabalho (GTs). Tais equipes são definidas combinando as necessidades de projetos e atividades com as competências diversas das pessoas, sob liderança de um(a) coordenador(a). Cada membro do Ibase deverá compor mais de uma equipe, inclusive as pessoas que, prioritariamente, fazem parte das equipes de comunicação, secretaria e administração e finanças. Cada coordenador(a) terá a responsabilidade sobre diferentes equipes de projetos e atividades. As novas iniciativas de projetos e atividades, até serem viabilizadas política e financeiramente, terão GTs *ad hoc* e serão lideradas pela direção.

Os desafios para 2010 são fazer a transição do Ibase e gerar novo modo de operar internamente, menos segmentado, mais ágil, mais eficiente, sem perder o sentido político do impacto no debate e na agenda pública. Por isso, é fundamental que as prioridades sejam claras, e nelas

gastemos a maior parte de nosso esforço prático. Um conjunto de projetos e atividades do Ibase tem como prioridade contribuir para que a cidade do Rio de Janeiro, como área metropolitana, seja ambiental e socialmente justa, com participação cidadã e controle social, tanto de políticas públicas como da atuação de conglomerados empresariais. Estamos, assim, priorizando o monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento para as favelas (PAC/Favelas) e os projetos de grande impacto na cidade: Copa 2014 e Olimpíadas 2016, Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) e exploração do petróleo do Pré-Sal, Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), o anel viário, bem como a participação e o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) neste conjunto.

Outra prioridade é pensar o Brasil e o papel da sociedade civil brasileira no mundo: fortalecer e ampliar o projeto Diálogo dos Povos, ampliando a temática, em particular para pobreza e segurança alimentar, e incorporando novas realidades (Índia e China) no contexto da iniciativa trilateral de desenvolvimento entre Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China (Bric); a participação qualificada no Fórum Social Mundial (FSM), particularmente no Fórum Temático “Crise de Civilização” e na preparação de Dakar 2011; a viabilização, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), da coleção de livros “Como fazer outro mundo” em várias línguas e pela internet.

Uma iniciativa prioritária, que começa a se viabilizar e é estratégica para o Ibase, em uma perspectiva de longo prazo, é a dos Indicadores de Cidadania. Já existe um GT atuante, e a primeira atividade, em março, deverá ser uma oficina internacional para avaliar o estado da arte. Em 2010, um projeto trienal deverá estar definido, negociado com o Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa do Canadá (IDRC) e em plena execução. Os indicadores não são um simples projeto para o Ibase, mas atividade estruturante, com metodologia própria e, também, alimentada pelo conjunto de projetos e atividades. Trata-se de tornar o Ibase referência de um modo de ver o estado da cidadania nas grandes regiões metropolitanas do Brasil, munindo com dados e argumentos os grupos e setores dominados e marginalizados em sua luta por direitos.

Na perspectiva da sustentabilidade a ser inventada, dado o declínio das formas tradicionais de financiamento de organizações de cidadania ativa no Brasil, a direção do Ibase confere prioridade ao diálogo do Grupo Pedras Negras (GPN), composto por nove entidades brasileiras e diferentes áreas e regiões. O maior objetivo em 2010 é viabilizar um fundo autônomo para financiamento de organizações de cidadania ativa e movimentos sociais do Brasil. As negociações com o governo incluem também a Associação Brasileira de Organizações Não governamentais (Abong), da qual todos os membros do GPN são associados, e buscam formas mais amplas e transparentes de financiamento público para o campo.

Ainda como parte da estratégia de nova base de sustentabilidade, a direção do Ibase formulou a proposta de constituição de um Espaço de Cultura e Cidadania no centro do Rio de Janeiro, tanto para abrigar um conjunto expressivo de organizações, compartilhando e reduzindo custos, como para tornar o próprio espaço centro de referência de cidadania ativa. Dado o apoio dos governos federal e local à iniciativa, as negociações avançam no aspecto prático de identificação de um prédio que possa acolher o Espaço. Uma vez definido, a prioridade do Ibase será montar o consórcio de organizações para discutir e acordar sobre o projeto e implementá-lo, buscando amplo leque de parcerias nas organizações governamentais, no setor empresarial e nas agências de cooperação para concretizá-lo em curto prazo.

Além dessas prioridades, o Ibase abarca outros projetos e outras atividades, todos, a seu modo, importantes. Mas há uma espécie de encontro de tudo e de todos(as) que vamos continuar a priorizar. São os núcleos temáticos de reflexão e debate, redefinidos no pós-Plataforma do seguinte modo: Cidades ambiental e socialmente justas; Participação e controle social e público de políticas do Estado e dos conglomerados empresariais; Diálogo entre os povos, estratégias de emancipação e construção de agendas de cidadania planetária. Cada diretor(a) é responsável por cada um deles e haverá um encontro por mês, de forma alternada. Mas para que as questões duras, cujo enfrentamento é parte da missão institucional, vistas como transversais para todos os projetos e atividades, não passem de definições sem clara responsabilidade, cada diretor(a) assume uma delas como sua: combate ao racismo; enfrentamento do patriarcalismo e da desigualdade de gênero; afirmação das diversas juventudes como sujeitos de direitos.

Esse é o Ibase em transição no ano de 2010. Para dar-lhe mais base política, vamos avançar, como estratégia, na consolidação da rede de Amigo(a)s do Ibase, agora redefinida e ampliada: associados(as) e conselheiros(as), participantes dos projetos, atividades, redes, fóruns e campanhas em que estamos juntos; grupos comunitários e associações de moradores a nós ligados, sindicatos, organizações de cidadania ativa parceiras, colaboradores(as) e voluntários(as), agências de apoio, militantes e ativistas da cidadania. Esperamos que no fim do ano de 2010 possamos começar a preparar a celebração, em 2011, dos 30 anos do Ibase, mas de um Ibase revigorado para outras tantas décadas servindo à democracia e à cidadania.

Cândido Grzybowski

Sociólogo, diretor-geral

Objetivos institucionais

Contribuir para uma cultura democrática de direitos

- Dar visibilidade, na agenda e no debate público, às questões específicas, às reivindicações e às propostas dos setores e grupos em situação de pobreza e exclusão social – particularmente mulheres e crianças, afrodescendentes, indígenas – com demandas de direitos de cidadania negados.
- Defender, valorizar e fortalecer a participação social e política como direito e responsabilidade cidadã de todos e todas, sem desigualdades ou discriminações, sem racismo ou machismo.
- Tornar os princípios e valores éticos da democracia e da cidadania – liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação – uma referência político-cultural e um código das ações e lutas no bojo da sociedade civil.

Fortalecer o tecido associativo da sociedade civil

- Promover a emergência, a organização e a autonomia dos diferentes sujeitos coletivos do campo democrático-popular por meio de grupos e movimentos sociais, sindicatos, comunidades, associações e cooperativas, organizações civis e de defesa de direitos.
- Apoiar e participar de fóruns e redes, coalizões, alianças e campanhas, ampliando o espaço público e a emergência da cidadania.
- Estabelecer alianças estratégicas na promoção da democracia, no fortalecimento da sociedade civil e da cidadania, vinculando o mundial e o local.

Ampliar a capacidade de incidência em políticas públicas

- Propor, exigir e acompanhar políticas públicas que priorizem a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades – particularmente de raça e gênero – no acesso a direitos, bens e recursos.
- Intervir no debate e influir nas opções de políticas públicas que moldem o desenvolvimento do Brasil e da região, visando a um desenvolvimento democrático e sustentável, promotor de direitos humanos para todos e todas.
- Exercer vigilância e cobrar ética e responsabilidade de governantes e representantes eleitos(as), juizes(as) e promotores(as), dirigentes e gestores(as) de órgãos e políticas públicas.

Cronograma institucional 2010

Primeiro semestre

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Análise de conjuntura (das 13h às 14h30)	11	8	8	12	10	14
Assembleia de associados(as) (18h30)				13		
Assembleia de funcionários(as) (14h)					18	
Avaliação institucional					Todo o mês de maio	
Avaliação de estagiários(as)						15
Balanco Patrimonial Ibase 2009			12			
Balanco Social Ibase 2009		18 a 26	1 a 12			
Cine Ibase (das 17h às 20h)		10			19	
Dia do Ibase						
Encontro GPN (Grupo Pedras Negras)		25 e 26			19 e 20	
Fórum Social Mundial	25 a 29					
Fóruns Temáticos (10h30)			4	28	18	29
Monitoramento do Plano 2010				12 a 16		
Plano estratégico						Todo o mês de junho
Reunião de pauta ampliada da comunicação (17h)				12		
Reunião do Conselho Fiscal (17h)				5		
Reuniões da DEA (das 14h30 às 17h30)	18	8 e 22	8 e 22	5 e 19	3, 17 e 31	14 e 28
Reuniões da Direção (das 10h às 12h30)	18	8 e 22	8 e 22	5 e 19	3, 17 e 31	14 e 28
Reuniões do Conselho Curador (17h)		23	15	12		16

Segundo semestre

Atividades	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Análise de conjuntura (das 13h às 14h30)	12	9	13	4	8	
Avaliação de estagiários(as)					23	
Cine Ibase (das 17h às 20h)		25			24	
Dia do Ibase		9				
Fóruns Temáticos (10h30)		24	21	19	23	
Monitoramento do Plano 2010				18 a 22		
Plano 2011					3 a 30	
Relatório de atividades 2010						1 a 10
Reunião de pauta ampliada da comunicação (17h)		30				
Reuniões da DEA (das 14h30 às 17h30)	12 e 26	9 e 23	9 e 20	4 e 18	3 e 22	6
Reuniões da Direção (das 10h às 12h30)	12 e 26	9 e 23	9 e 20	4 e 18	3 e 22	6
Reuniões do Conselho Curador (17h)		25			23	
Confraternização						17

IBASE NÃO FUNCIONARÁ NAS SEGUINTE DATAS:

Janeiro

1 – Confraternização Universal (sexta-feira)
20 – S. Sebastião (quarta-feira)

Fevereiro

15, 16 e 17 – Carnaval (terça-feira-16)

Abril

1 e 2 – Paixão de Cristo (quinta-feira e sexta-feira)
21 – Tiradentes (quarta-feira)
23 – São Jorge (sexta-feira)

Maiο

1 – Dia do Trabalho (sábado)

Junho

3 – Corpus Christi (quinta-feira)
4 – liberado

Setembro

6 – liberado
7 – Independência do Brasil (terça-feira)

Outubro

11 – liberado
12 – N. Sra. Aparecida (terça-feira)

Novembro

1 – liberado
2 – Finados (terça-feira)
15 – Proclamação da República (segunda-feira)
20 – Zumbi (sábado)

Dezembro

Recesso: de 20/12/10 a 2/01/11

PARTE I

Projetos e Atividades

A Acompanhamento dos fóruns e iniciativas de Direitos Humanos nos âmbitos nacional e estadual

Objetivos

- Aprofundar as atividades de mobilização da sociedade civil que contribuíram para o lançamento do III Programa Nacional de Direitos Humanos (III PNDH).
- Ampliar a articulação interna para atuação nessa área.
- Ampliar a visibilidade e o impacto político do tema dos Direitos Humanos tanto no âmbito estadual como nacional.
- Ampliar a articulação e a força política das entidades de Direitos Humanos nos âmbitos nacional e estadual.

Atividades principais

- Acompanhar a implementação do III PNDH por meio da participação no GT nacional como membro do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (Fendh).
- Acompanhar a revisão do Plano Estadual de Direitos Humanos e a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos por meio da participação na Articulação de Entidades de Direitos Humanos (Arendh).
- Promover debates internos no Ibase, visando a definição de um plano de ação integrado.

Resultado esperado

- Fortalecimento do Fendh.

Parcerias/Articulações

- As entidades que participam do Fendh.

B Apoio comunitário

Objetivo

- Apoio ao desenvolvimento de ações/projetos de fortalecimento da organização comunitária em áreas de atuação do Ibase. O projeto visa intensificar e qualificar as ações de desenvolvimento local de base comunitária:
 - Comitê Comunitário de Cidade de Deus;
 - Grupo de Mulheres Arteiras/ Tijuca.

Atividades principais

- Formação/qualificação.
- Assessoria no processo de gestão.
- Apoio à comunicação/visibilidade.

Resultado esperado

- Fortalecimento da base local na perspectiva da construção de autonomia.

Parcerias/Articulações

- Ayuntamiento de Sant Cugat Del Vallès, Grupo Arteiras, Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local.

C Articulação junto ao movimento de favelas do Rio de Janeiro

Objetivo

- Contribuir para qualificar as ações e o debate na perspectiva da afirmação de que “Favela é Cidade”.

Atividades principais

- Articulação com a sociedade civil para discutir o Fórum Urbano Mundial 2010.
- Retomada dos encontros da Frente Estadual Contra a Remoção de Favelas e por Moradia Digna.
- Acompanhamento dos debates sobre Violência/Segurança Pública/Direitos Humanos.
- Discussão do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.
- Continuidade do debate “Universitários de favela – novos atores?”.

Resultado esperado

- Atuação mais visível do movimento de favelas nos debates sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Parcerias/Articulações

- Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), Fórum Nacional de Reforma Urbana.

D Brasil, Índia e África do Sul. Uma nova agenda Sul-Sul no combate à pobreza extrema e de garantia dos Direitos Humanos

Objetivos

- Aprofundar o debate internacional sobre a construção de uma agenda Sul-Sul entre países emergentes, que parta de uma nova relação multilateral, tendo como perspectiva a solução para os problemas de pobreza extrema e Direitos Humanos.
- Fortalecer as ações da sociedade civil no Brasil, na África do Sul e na Índia, em suas estratégias de enfrentamento da extrema pobreza.
- Contribuir para o processo de empoderamento de pessoas em condição de extrema pobreza, apoiando a criação de mecanismos de Direitos Humanos com impacto na redução desse problema.

Atividades principais

- Levantamento e análise de políticas públicas que gerem impactos sobre a condição de extrema pobreza no Brasil, na Índia e na África do Sul.
- Seminário internacional, em Mumbai, Índia, para apresentação e discussão de primeiros resultados do projeto.
- Estudos de caso comparativos e/ou sistematização de estudos já existentes sobre extrema pobreza e exigibilidade de Direitos Humanos no Brasil, na Índia e na África do Sul.

Resultado esperado

- Levantamentos, seminário internacional e estudos de caso realizados.

Parcerias/Articulações

- Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Organizações Sociais do Brasil, da Índia e da África do Sul, Oxfam Novib.

E Cidade, mudanças climáticas e ação jovem

Objetivos

- Qualificar e ampliar a mobilização de jovens para atuar de forma consciente sobre causas e efeitos das mudanças climáticas em suas cidades e comunidades, relacionando as ações locais a articulações e ações nacionais e globais.
- Qualificar e ampliar (entre jovens, localmente e em redes) a área de ação dessas minorias ativas juvenis.

Atividades principais

- Mapeamento/pesquisa.
- Mobilização/articulação.
- Campanha.
- Atividades de formação.
- Atividades de intercâmbio.
- Atividades/eventos públicos.

Resultado esperado

- Jovens capacitados com maior consciência sobre as causas e os efeitos das mudanças climáticas.

Parcerias/Articulações

- Ajuda das Igrejas Norueguesas (AIN), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Viva Rio, Ação Educativa, Diaconia, Koinonia.

F Controle social da indústria extrativista no Brasil

Objetivo

- Atuar no sentido de aumentar o controle social da indústria extrativista no Brasil, com vistas a desenvolver bases para um controle público cidadão sobre esses grandes empreendimentos.

Atividades principais

- Realizar um mapeamento da organização, da operação e das questões para a cidadania brasileira dos complexos industriais extrativistas do petróleo – liderado pela Petrobras (Comperj – e pré-sal) – e do complexo mineral siderúrgico, liderado pela Vale.
- Acompanhar o marco legal, o início das operações e buscar construir indicadores sobre o Comperj e o pré-sal.
- Avaliar experiências efetivas de controle social das empresas extrativistas, seu contexto político, suas metodologias e seus resultados, especialmente em termos de distribuição de benefícios do extrativismo para a sociedade.
- Realizar duas oficinas sobre o tema.
- Ampliar a articulação com organizações e movimentos sociais visando o suporte político e estratégico para o controle social e legitimação dessa proposta.

Resultados esperados

- Dar início a um controle social da indústria extrativista brasileira e buscar a sua viabilização política e financeira.
- Discussão sobre transparência das empresas extrativistas lançada na sociedade.
- Uma rede de organizações estabelecida e atuante no controle social do setor extrativista.
- Indicadores de cidadania sobre o setor criados e divulgados.
- Discussões sobre o acesso democrático e o uso dos bens comuns naturais estabelecidas e ampliadas no Brasil.

Parcerias/Articulações

- AIN, Revenue Watch Institute (RWI), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), Campanha Justiça nos Trilhos.

G Cotas raciais, por que sim?

Objetivo

- Discutir aspectos relativos ao combate da discriminação racial e à implementação de cotas raciais, oferecendo argumentos favoráveis à adoção dessa política.

Atividades principais

- Realização das rodas de conversa em escolas públicas e privadas de nível médio e cursos de pré-vestibular com alunos(as), professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) desses estabelecimentos no Rio de Janeiro.
- Reimpressão e distribuição da terceira edição da cartilha “Cotas raciais, por que sim?”.
- Apoio a grupos de juventude negra.

Resultados esperados

- Debate público sobre combate às desigualdades raciais e políticas públicas de ação afirmativa na perspectiva dos direitos ampliados, especialmente nas escolas da rede pública de ensino e em cursos de pré-vestibular comunitários.
- Inserção e/ou fortalecimento do debate sobre o enfrentamento da desigualdade racial.

Parcerias/Articulações

- Action Aid, Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), escolas da rede pública de ensino, Secretaria Municipal de Reparação de Salvador (Semur).

H Cultura, favela e juventude

Objetivo

- Envolver moradores(as), prioritariamente jovens, de duas favelas – uma comunidade popular da zona oeste (Campo Grande) e um município da Baixada Fluminense (São João de Meriti) – do Rio de Janeiro no debate sobre cultura e comunicação como alternativas de inclusão de jovens no mercado de trabalho.

Atividades principais

- Levantamento de grupos culturais existente nas regiões do projeto.
- Criação de um fórum.
- Estabelecer parcerias locais e interterritoriais.

Resultados esperados

- Produção cultural das favelas e dos bairros populares feita por jovens, com maior visibilidade pública.
- Jovens capacitados no uso de meios digitais como instrumento de maior visibilidade e abrangência de seus projetos.
- Jovens com maior consciência política, como produtores culturais.

Parcerias/Articulações

- Cooperação Descentralizada da Região Umbria (Itália), Se Essa Rua Fosse Minha e Pré-vestibular comunitário da zona oeste.

I Democratização do BNDES

Objetivos

- Monitorar e incidir sobre a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em favor de um desenvolvimento que promova direitos.
- Incidir sobre o debate e as políticas de desenvolvimento no país.

Atividades principais

- Produção e divulgação de cinco pequenos programas de rádio e dois vídeos sobre a atuação do BNDES.
- Desenvolvimento e divulgação de mapas interativos sobre atingidos(as) por projetos financiados pelo BNDES.
- Desenvolvimento de curso para lideranças ligadas à Plataforma BNDES sobre questões acerca do desenvolvimento: território e auditoria social.
- Atuar no grupo executivo da rede de organizações e movimentos da Plataforma BNDES.

Resultados esperados

- Fortalecimento da rede da Plataforma BNDES e da sua capacidade de incidência sobre o Banco.
- Adoção pelo Banco de uma política de divulgação de sua carteira de projetos.
- Adoção pelo Banco de critérios sociais e ambientais nas etapas de análise e enquadramento dos projetos a serem financiados, bem como em seus contratos de financiamento.
- Debate público e políticas de desenvolvimento contemplando a promoção de direitos.

Parcerias/Articulações

- Internacional Budget Partnership (IBP), Fundação Ford, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (Fobomade), Justiça Global, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Repórter Brasil, Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Campanha Justiça nos Trilhos, Movimento Xingu Vivo, Fórum Brasileiro de Economia Solidária e organizações parceiras no âmbito do IBP.

J Diálogo dos povos

Objetivos

- Construir uma agenda de diálogo que permita a definição e o fortalecimento de lutas comuns, compartilhadas, entre movimentos sociais da América Latina e da África Austral.
- Avançar em estudos que qualifiquem nossa ação e a intervenção pública, com ênfase nas políticas públicas e no papel do Estado.
- Fortalecer as iniciativas dos movimentos em sua articulação, garantindo novos espaços de atuação em conjunto.

Atividades principais

- Dois seminários de debates e diálogos, um na África e outro na América Latina.
- Participação no processo Fórum Social Mundial (FSM): no seminário "FSM 10 anos", em Porto Alegre, em janeiro de 2010; no Comitê Organizador do FSM 2011, a ser realizado em Dakar; no Comitê Organizador do Fórum Crise de Civilizações, a ser realizado em Cochabamba, em outubro de 2010.
- Desenvolvimento do Projeto "Sementes Crioulas: fortalecimento da Ação Camponesa", iniciativa a ser realizada em Moçambique, na África do Sul e na Namíbia.
- Desenvolvimento de estudos e iniciativas vinculadas ao poder público.

Resultado esperado

- Fortalecimento das relações dos movimentos sociais na construção de uma agenda Sul-Sul e de alternativas às condições do capitalismo global.

Parcerias/Articulações

- Oxfam Novib, ActionAid Internacional, Coordenação Andina de Organizações Indígenas (Caoi), Grito dos Excluídos, Articulação Feminista Mercosul, Movimento de Mulheres Camponesas, União Nacional de Camponesas de Moçambique, Trust for Community Outreach and Education, The Eastern and Southern Africa Small Scale Farmers Forum, Women on Farmers Project, Africa Institute for Agrarian Studies, Instituto Paulo Freire, Associação Brasileira de Cooperação (ABC), Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil (SGPR).

K Formação participativa em segurança e soberania alimentar

Objetivo

- Formação de atores sociais em soberania e segurança alimentar e nutricional, visando fortalecer sua capacidade de incidência nas políticas públicas relacionadas ao tema.

Atividades principais

- Oficina de avaliação do processo de formação efetuado com participação das equipes do Ibase e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) envolvidas com o projeto e de dois representantes das organizações onde foram realizadas as formações. (Sergipe, Ouricuri/PE e Santarém/PA).
- Elaboração do relatório final de avaliação do projeto.

Resultado esperado

- Nesta etapa final do projeto, espera-se uma avaliação qualificada de todo o processo de formação, com exame de sua efetividade, da metodologia empregada e sugestões para seu aperfeiçoamento.

Parcerias/Articulações

- Fundação Heifer, Cese (instituição parceira na execução do projeto), Cáritas-Brasil, Centro Dom José Brandão de Castro, Fórum de Direitos Humanos, em Sergipe, Associação Caatinga, Centro Nordestino de Medicina Popular e Chapada, em Ouricuri (PE), Grupo de Defesa da Amazônia, Centro de Estudos, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores do Baixo Amazônia, em Santarém (PA).

L Fortalecimento da estratégia em formação em economia solidária

Objetivo

- Formar e capacitar 150 representantes de empreendimentos de economia solidária, em especial sobre o sistema informatizado do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (“Cirandas” – www.cirandas.net).

Atividades principais

- Realização de cinco oficinas regionais e uma nacional de capacitação de formadores sobre o “Cirandas”.
- Produção de uma cartilha para auxiliar na formação sobre o “Cirandas”.

Resultado esperado

- Apropriação dos recursos do “Cirandas” por representantes de empreendimentos econômicos solidários de todos os fóruns estaduais de economia solidária.

Parcerias/Articulações

- Petrobras, Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Secretaria do FBES, fóruns estaduais de economia solidária e centros regionais e nacional de formação em economia solidária.

M Fortalecimento da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) nos níveis estaduais e municipais

Objetivos

- Capacitar gestores(as) para impulsionar a integração dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Averiguar o grau de implementação do Sisan nas esferas estaduais e municipais.
- Capacitar estados e municípios para a instituição dos componentes mínimos necessários para a adesão ao Sisan.
- Elaborar material didático como subsídio a esse processo.
- Estimular o diálogo, a troca de experiências e a gestão intersetorial entre os entes federados que compõem o Sisan a partir das oficinas de capacitação.

Atividades principais

- Levantamento do estágio de implementação do Sisan, seus potenciais e entraves.
- Realização de oficinas de capacitação, envolvendo gestores(as) e representantes da sociedade civil.
- Elaboração de relatório sobre o estágio de implantação do Sisan e recomendações.

Resultado esperado

- Aproximadamente 1.400 gestores(as) e 700 representantes da sociedade civil nos 27 Conselhos de Segurança Alimentar (Conseas) estaduais e nos Conseas municipais existentes capacitados.

Parceria/Articulação

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), projeto coordenado pelo Instituto Pólis.

N Fórum Social Mundial

Objetivo

- Apostar no FSM como um espaço de nova cultura política.
- Apoiar institucionalmente o processo interno de facilitação do FSM.

Atividades principais

- Atuação nos Comitês Organizadores do Seminário 10 Anos FSM e no Fórum Crises de Civilização, por meio de nossa participação no Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo FSM (Grap), integrado por: Ibase, Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), CUT, IPF, Ação Educativa, Cives, Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (Attac)-Brasil, entre outras.
- Participação direta no processo de preparação do FSM 2011; em Dakar, no Senegal.
- Atividades vinculadas às comissões de recursos, expansão e metodologia.
- Participação do Grupo de Enlace do Conselho Internacional (CI), acompanhando as tarefas e atividades do escritório do FSM, localizado em São Paulo.

Resultados esperados

- Impacto no atual contexto de crise de civilização e busca de alternativas.
- O FSM se renovando e respondendo aos novos desafios.
- O processo do FSM mais ágil e com maior capacidade de intervenção.

Parcerias/Articulações

- Oxfam Novib, Serviço das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED), Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobras, CBJP, CUT, IPF, Ação Educativa, Cives e Attac-Brasil.

O Indicadores Ibase de Cidadania

Objetivos

- Desenvolver um sistema de indicadores e índices de cidadania no Brasil para o fortalecimento das organizações e dos movimentos sociais e de grupos comunitários em suas lutas e capacidade de incidência sobre políticas públicas.
- Avaliar sistematicamente o estado da cidadania com base em uma perspectiva de direitos e responsabilidades cidadãs, de garantia de vida digna, justiça social e ambiental, com igualdade e valorização da diversidade.

Atividades principais

- Exame de bibliografia disponível.
- Avaliação do estado da arte dos indicadores de cidadania.
- Realização de oficina para diálogo com outras experiências.
- Definição da metodologia a ser desenvolvida.
- Articulação de parcerias para viabilização do projeto.
- Realização de pesquisa-teste no Rio de Janeiro para ajustes na metodologia.
- Desenvolvimento de estratégias.

Resultados esperados

- Metodologia testada e equipe treinada.
- Parcerias políticas e financeiras construídas.
- Estratégia de incidência definida e visibilidade política dos indicadores de cidadania assegurada.

Parcerias/Articulações

- IDRC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Movimentos das Favelas, Fórum da Cidadania, universidades públicas.

P Índice de transparência orçamentária – 2010

Objetivos

- Avaliar e publicizar o grau de transparência orçamentária no Brasil, no contexto de uma avaliação que é realizada em mais de 90 países.
- Incidir sobre o grau de transparência orçamentária no Brasil.

Atividade principal

- Aplicação e divulgação de questionário sobre o processo orçamentário brasileiro.

Resultados esperados

- Divulgação de informação qualificada sobre transparência orçamentária no Brasil em comparação à mesma avaliação realizada em mais de 90 países.
- Incidência sobre a política de divulgação de informações orçamentárias do governo federal.

Parceria/Articulação

- IBP

Q Liberalização financeira e governança global: o papel dos organismos internacionais

Objetivo

- Enfrentar o “déficit democrático” na gestão e nos mecanismos de tomada de decisões das instituições financeiras multilaterais.

Atividades principais

- Realização de diálogos interativos para capacitação e troca de experiências entre ativistas de organizações e redes de sociedade civil internacional, acadêmicos(as), estudiosos(as) do tema e funcionários(as) de governos de países em desenvolvimento.
- Produção e difusão de análises sobre os processos correntes de mudança na regulação e de novas propostas alternativas.
- Consolidação de um *site* para disseminação e diálogo.
- Produção de textos, revistas e panfletos em linguagem cotidiana sobre o tema “Liberalização financeira e democracia”.
- Produção de metodologia de trabalho a partir do material produzido.
- Realização de oficinas-teste com o material elaborado.

Resultados esperados

- Propostas alternativas para regulação e democratização do sistema financeiro difundidas.
- Ampliação da capacidade de crítica por parte de movimentos e organizações da sociedade civil às propostas em disputa elevando sua capacidade de incidência.
- Apropriação por grupos e movimentos sociais da discussão sobre sistema financeiro aumentando sua capacidade de incidência, baseado na elevação de sua qualificação no tema.

Parcerias/Articulações

- Fundação Ford, Rethinking Bretton Woods – Center of Concern (EUA), Attac (França e Brasil), Centre for Economic Studies and Planning (Índia), World Economy, Ecology & Development Assoc. (Alemanha), ActionAid Brasil e ActionAid Internacional Américas, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Bank Information Center (EUA), Third World Network, Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento (Awid), Arab NGO Network for Development (ANND), Movimento Direitos Humanos (Moçambique), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rebrip), Rede Europeia sobre Dívida e Desenvolvimento (Eurodad), Centre for Latin American Research and Documentation (Cedla) – Bolívia, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Instituto Equit, Red Latinoamericana sobre Deuda, Desarrollo y Derechos – Latindad, Social Watch, Public Citizen’s Global Trade Watch.

R Núcleos de integração: uma proposta para o desenvolvimento comunitário

Objetivo

- Impulsionar o desenvolvimento social e econômico de comunidades e bairros, dinamizando e fortalecendo as relações sociais entre grupos comunitários e poder público local, visando emancipação desses grupos.

Atividades principais

Nas áreas onde já há núcleos de integração (Jardim Gramacho/RJ, Retiro e Araçatiba/ES, e a região do APM-MANSO/MT):

- Identificação conjunta das necessidades de reforço na formação dos agentes locais e demais atores estratégicos.
- Ações de mobilização que contribuam para dar visibilidade ao projeto.
- Ações de reforço aos projetos de referência e aos telecentros implantados.

Nas novas áreas de atuação (Batalha – municípios de Vista Alegre/GO, Jambeiro/MG, e Buriti das Gamelas/GO; Usina de Furnas – próximo à cidade de Passos/MG; Simplício – município de Sapucaia/RJ; Usina São José – Belford Roxo/RJ):

- Construção do diagnóstico social participativo.
- Constituição do fórum comunitário.
- Construção do plano de ação.
- Identificação e elaboração de projetos de referência.

Resultados esperados

Nas áreas onde já atuamos

- Práticas alternativas de desenvolvimento comunitário e gestão do território em andamento e fortalecidas.
- Organização comunitária estruturada e atuando com autonomia.
- Telecentros em pleno funcionamento ampliando seu alcance e conectados à internet.
- Proposta dos Núcleos de Integração conhecida regional e nacionalmente.

Nas novas áreas de atuação

- Diagnóstico participativo realizado.
- Fóruns comunitários formados e ativos.
- Planos, propostas, diretrizes e projetos definidos para cada um dos territórios escolhidos.
- Comunidades locais com seus grupos e suas associações, moradores(as), pequenos(as) produtores(as) e comerciantes, fortalecidos(as) e ativados(as).
- Projetos socioculturais e/ou arranjos produtivos locais prioritários identificados.

Parcerias/Articulações

- Furnas Centrais Elétricas S.A e Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep).

S Observatório da Cidadania para o PAC/ Favelas na cidade do Rio de Janeiro

Objetivo

- Potencializar o impacto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas na cidade do Rio de Janeiro, visando romper a separação “asfalto/favela”.

Atividades principais

- Esta é a segunda fase de um projeto iniciado em novembro de 2008, cuja área de intervenção era o Complexo de Manguinhos. Na segunda fase, ampliaremos a intervenção para outras áreas: Complexo do Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Colônia Juliano Moreira.
- Consolidar o Fórum da Cidadania como um espaço de negociação das diferenças e de construção de convergências para a elaboração de propostas e alternativas que potencializem as ações do PAC.
- Articular e animar grupos de interlocução local.
- Consolidar o Observatório da Cidadania para o PAC/Favelas com o objetivo de produzir pesquisas e análises para subsidiar o Fórum da Cidadania e difundir informações sobre o processo do PAC.

Resultados esperados

- Metodologia de interlocução e concertação sobre políticas públicas replicada em diversas comunidades.
- Fórum da Cidadania consolidado.
- Debate sobre a integração da favela com a cidade estendido para a totalidade da cidade.

Parcerias/Articulações

- Caixa, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Movimento de Favelas, governo estadual, governo municipal, entidades representativas da sociedade civil do Rio de Janeiro.

T Observatório da Cidadania/Social Watch

Objetivo

- Fortalecer a capacidade de intervenção das Organizações de Sociedade Civil (OSCs) no debate e nas políticas públicas, com destaque para a questão da violência e as políticas de segurança pública, com especial atenção para gênero e raça.

Atividades principais

- Adaptação do Índice de Capacidades Básicas e do Índice de Equidade de Gênero, produzido pelo Social Watch internacional.
- Continuação do ciclo de Diálogos sobre a Violência e a Segurança Pública.
- Produção do relatório anual brasileiro.
- Divulgação do relatório internacional e apoio às atividades do Social Watch na América Latina.

Resultado esperado

- Fortalecimento da presença das OSCs no debate sobre políticas públicas para a redução das desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Parceiras/Articulações

- Social Watch, Inesc, Cfemea, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (Cesec/Ucam), Criola, ActionAid Brasil, Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Comunidade Bahá'í, Gelédes, Instituto Patrícia Galvão, Coletivo Leila Diniz, Fórum da Amazônia Oriental (Faor), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca).

U Participação do Grupo de Facilitação do Projeto Building Global Democracy

Objetivo

- Avançar em um processo de reflexão comum, baseado em uma diversidade de perspectivas cidadãs, visando fortalecer as condições de democratização do processo de globalização.

Atividades principais

- Lançamento do livro relativo ao seminário realizado em dezembro de 2009, "Conceituando democracia global".
- Realização do segundo seminário, com o tema "Processos de aprendizagem relativos à democratização dos processo de globalização", em setembro de 2010, em Delhi, na Índia
- Preparação do terceiro seminário do projeto, com o tema "Excluídos e marginalizados na globalização: como superar?", em abril de 2011, no Rio de Janeiro.

Parcerias/Articulações

- Fundação Ford, Oxfam Novib, Swedish International Development Cooperation Agency (Sida), Cairns University, Warwick University, University of Manitoba, East-West Center, Institute of Philosophy Russian, Academy of Science, Pan African Development Center.

V Peris – Percorsi di inserimento sociale e lavorativo di giovani e donne della municipalità di Rio de Janeiro/ Formas de inserção social e laboral de jovens e mulheres do Rio de Janeiro

Objetivos

- Lutar contra a exclusão social da população vulnerável do Rio de Janeiro, especialmente jovens e mulheres de áreas desfavorecidas.
- Realizar ações de orientação e formação para o mercado de trabalho, com base na perspectiva de geração de emprego e renda, por meio da promoção e o desenvolvimento do cooperativismo no contexto dos princípios da economia solidária na Cidade de Deus, no Santa Marta e na Grande Tijuca.

Atividades principais

- Difusão dos dados e da pesquisa sobre oferta de trabalho nas três áreas.
- Organização dos pontos de acolhimento e orientação para o trabalho em cada área do projeto.
- Gestão da articulação entre os vários pontos e a rede de empresas a ser envolvida (Serviço Social do Comércio – Sesc/Serviço Social da Indústria – Sesi/ Serviço Nacional da Indústria – Senai), para maximização da eficiência dos mesmos pontos de orientação para o trabalho.
- Formação profissional para cerca de 100 mulheres e jovens na área de Rocinha 2 (Cidade de Deus) e mais cerca de 140 pessoas moradoras das três áreas.
- Fornecimento de ferramentas e de assistência para a criação de uma cooperativa e funcionamento das cooperativas já existentes nas três áreas.
- Criação de uma rede de conexão prático/teórica de economia solidária que envolva os sujeitos que já operam na área da economia solidária no território da prefeitura do Rio de Janeiro.
- Realização de encontros de trabalho com o Fórum de Economia Solidária com o objetivo de discutir encaminhamentos para os trabalhadores(as) formados(as) pelo projeto.

Resultados esperados

- Instituição e funcionamento de um sistema de gestão e orientação ao trabalho nas três áreas de atuação do projeto
- Formação profissional e nas temáticas da economia solidária para moradores(as) das três áreas.
- Constituição e acompanhamento de duas cooperativas na Cidade de Deus no âmbito do programa “Incubadora de Empreendimento Coletivo” promovido pela agência de desenvolvimento local da Cidade de Deus.
- Consolidação de uma rede para a promoção da economia solidária e de iniciativas de troca de experiências e interação com as empresas e as instituições criadas.

Parcerias/Articulações

- Ministério das Relações Exteriores da Itália (MAE), Arcs Arci Cultura e Sviluppo, Comitê Comunitário da Cidade de Deus, Cooperativa de Trabalho Constrói Fácil de Jacarepaguá, Fórum de Economia Solidária, Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (CDD), Cooperativa Forte da Cidade de Deus (Coopforte), Associação Beneficente Obra Social Estrela da Paz (Abosep), Covenant Ecumenical Fellowship and Cathedral Assemblies (Cefca), Grupo Arteiras, Senaes, Grupo Eco, Se essa rua fosse minha.

W Políticas públicas de juventude, como anda o Brasil?

Objetivos

- Avaliar os impactos produzidos em diferentes setores da sociedade brasileira pela Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional da Juventude.
- Identificar os diferentes graus de institucionalidade de políticas para jovens nos estados e municípios da federação.
- Identificar potencialidades e limitações da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) como órgão indutor de políticas para a juventude.
- Analisar aspectos de consenso e dissenso presentes no debate acerca das políticas para jovens hoje no Brasil e sugerir uma agenda para os próximos anos.

Atividades principais

- Visitas a seis cidades para estudar os modelos de implementação de políticas para jovens (Rio Branco, Belém, Fortaleza, DF, Rio de Janeiro, Porto Alegre).
- Entrevistas com gestores e representantes de órgãos da sociedade civil.
- Identificação dos levantamentos, trabalhos analíticos, bancos de dados e instrumentos de avaliação produzidos ao longo da existência da SNJ.
- Análise dos investimentos financeiros realizados nos últimos cinco anos em nível federal.
- Atualização do levantamento de órgãos e unidades voltados para o desenvolvimento de políticas para jovens em cidades brasileiras.

Resultado esperado

- Diagnóstico da incidência das políticas públicas de juventude nos três níveis de governo.

Parecerias/Articulações

- SNJ e Ceseq/Ucam

X Programa Juventude: vida segura e sociedades sustentáveis

Objetivo

- Renovar o debate público sobre democracia, com foco no eixo de relações: Juventude/Vida Segura/Sociedades Sustentáveis

Atividades principais

- Pesquisa comparativa entre juventudes das periferias urbanas de dois grandes países da América do Sul (a definir).
- Fórum de Interlocução “Juventude e Democracia do século XXI na América do Sul” (a partir da rede de parceiros criada durante as pesquisas anteriores).
- Diálogo “Juventude, vida segura e sociedades sustentáveis” a partir da relação Sul-Sul: Brasil-África.

Resultados esperados

- Aprofundar a caracterização da democracia (possível e almejada) no século XXI.
- Visualizar os melhores caminhos de participação dos(das) jovens no combate às diferentes formas de violência – física e simbólica – que os(as) afetam.
- Contextualizar a participação dos(das) jovens em direção à construção de sociedades sustentáveis, de modo a superar o enfoque desenvolvimentista.

Parcerias/Articulações

- IDRC, rede de parceiros do projeto.

PARTE II

Administração e Finanças

A Sustentabilidade financeira

Objetivo

- Racionalizar e otimizar os recursos financeiros obtidos.

Atividades principais

- Potencializar o uso político dos recursos financeiros em função dos objetivos estratégicos do Ibase.
- Continuar a implantação de sistema integrado com o financeiro, a folha de pagamento, o contábil e o ativo imobilizado.

Resultados esperados

- Administração financeira mais eficiente.
- Otimização de tempo, transparência e confiabilidade.

B Políticas funcionais

Objetivo

- Apoiar as lideranças da instituição na condução e tratamento das ações que afetam as pessoas individualmente ou em grupos, buscando proporcionar um ambiente de trabalho desafiador e de oportunidades.

Atividades principais

- Atualizar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e as atividades desenvolvidas nas respectivas funções.
- Adequar salários e funções à competência de cada um(a).
- Redefinir a avaliação de desempenho.
- Redefinir o Plano de Educação Continuada (PEC).
- Implementar procedimentos para seleção e admissão de pessoal.
- Implementar a automatização do cadastro de prestadores de serviço, pessoa física e jurídica.

Resultados esperados

- Implementação de instrumento para motivação e desenvolvimento profissional.
- Obtenção de desempenho dos(as) funcionários(as) que combine as necessidades individuais com as da organização.
- Otimização do fluxo de caixa.

C Integração institucional

Objetivo

- Melhorar os trabalhos da instituição no atendimento às atividades dos projetos.

Atividade principal

- Reuniões regulares para troca de informação com responsáveis pelas atividades dos projetos e com a Secretaria-Geral.

Resultados esperados

- Transparência na execução dos projetos.
- Fluxo de informações sobre os projetos mais adequado às necessidades do acompanhamento financeiro.
- Melhor desempenho na prestação de contas e entrega dos relatórios narrativos.

D Suporte em tecnologia

Objetivo

- Otimizar os recursos de tecnologia disponíveis para o trabalho interno.

Atividades principais

- Implementar ferramentas de trabalho coletivo para a melhor interação das equipes.
- Dar suporte tecnológico ao desenvolvimento dos trabalhos da instituição.
- Implementar treinamentos para as equipes.
- Continuar com a política de segurança da informação.
- Continuar a implementação do *software* livre.

Resultados esperados

- Melhoria no nível de segurança da informação.
- Melhoria na qualidade dos serviços.
- Equipes treinadas.

PARTE III

Comunicação

A Portal

Objetivo

- Difusão de temas relevantes para a instituição com o objetivo de influir na agenda pública.

Atividades principais

- Reformulação do portal.
- Realização de pesquisa com assinantes do boletim eletrônico (22 mil endereços mais 8 mil endereços do cadastro geral do Ibase) para verificar se os direcionamentos editoriais dados ao portal são valorizados pelo público.
- Divulgar atividades e projetos institucionais.
- Atualizar Agência Ibase (ver Agência Ibase).
- Aprimoramento da conexão com redes sociais (Twitter, Orkut, YouTube).
- Melhor diálogo do portal com *hot sites* institucionais (*sites* específicos de projetos).
- Mais investimento em audiovisuais e em campanhas virtuais.

Resultados esperados

- Fortalecimento da missão do Ibase.
- Ter mais conhecimento sobre o aproveitamento que leitores(as) fazem do portal, bem como promover mudanças necessárias para a maior aproximação de nosso público-alvo.
- Mais destaque do portal em ferramentas de busca, como o Google.
- Aumento dos acessos e do número de assinantes do boletim eletrônico.
- Mais utilização das informações postadas no portal em outros *sites*.
- Melhor entendimento das estatísticas de acesso do portal.

B Agência Ibase

Objetivo

- Criação de uma rede de articulistas, nacionais e internacionais, que possam contribuir com artigos e entrevistas para os veículos de comunicação do Ibase.

Atividades principais

- Manter contato frequente com essa rede de colaboradores(as) e incentivar a publicação de artigos e entrevistas.
- Atualizar o portal com os novos conteúdos.
- Enviar boletim eletrônico com as atualizações.
- Criar meios de atrair público leitor.
- Acompanhamento de estatísticas de acesso.

Resultados esperados

- Rede formada, fortalecida e, se possível, ampliada ao longo do ano.
- Aumento do número de leitores(as).

C Revista Democracia Viva

Objetivo

- Dirigida a formadores(as) de opinião, visa influenciar o debate público, priorizando temas ligados ao fortalecimento da democracia.

Atividades principais

- Quatro edições ao ano.
- Duas reuniões de pauta ampliada realizadas com a presença de integrantes do Conselho Editorial.
- Manutenção do contato com o público leitor por meio do endereço eletrônico da revista.
- Ampliação de parcerias com outras publicações para fortalecer a divulgação da revista entre outros públicos.
- Realização de pesquisa qualitativa entre o público-alvo pela internet para verificar se os direcionamentos editoriais dados à revista são valorizados pelo público.

Resultados esperados

- Repercussão dos temas abordados na revista na mídia (comercial e não comercial).
- A partir da pesquisa, ter maior conhecimento sobre o aproveitamento que leitores(as) fazem da revista, bem como promover mudanças necessárias para a maior aproximação de nosso público-alvo.

Parceria/Articulação

- Revista *Retratos do Brasil*; revista *Fórum* e revista *Teoria e Debate*.

D Assessoria de imprensa

Objetivo

- Assessorar o Ibase em sua relação com a imprensa e comunicadores(as) de modo geral.

Atividades principais

- Prestar o serviço de assessoria ao Ibase de acordo com os seguintes eixos centrais: *divulgação* (com foco na “grande imprensa”), *atendimento* (de demanda externa por informações do instituto) e *clipping* (de notícias que citarem o Ibase em meios impressos).
- Oferecer informações em formato jornalístico (matérias, notas, artigos, entre outros) de interesse da instituição para órgãos de imprensa.
- Realizar o atendimento à imprensa, encaminhando informações para jornalistas e comunicadores(as) que procuram o Ibase.
- Traçar estratégias de divulgação dos produtos do Ibase, como pesquisas, campanhas, fóruns, bem como preparar pesquisadores(as)/coordenadores(as) e diretores(as) para o contato com a imprensa.

Resultados esperados

- Garantir relação positiva do Ibase com a imprensa, contribuindo para que as mensagens do instituto cheguem a públicos mais amplos.
- Garantir que o Ibase seja fonte de informação para a imprensa, bem como fortalecer a presença do Ibase no noticiário em geral (TV, rádio, mídias impressas e eletrônicas).

E Outras atividades

1. Oficina de Comunicação

- Realização de duas reuniões semestrais sobre a temática com participação de especialistas em comunicação.

2. Seminário “Reflexões sobre Comunicação”

- Realizar um seminário no primeiro semestre de 2010, aberto ao público, com a participação de especialistas em comunicação.

3. Integração e acompanhamento dos projetos e produção de publicações específicas

- Reuniões com diferentes equipes institucionais.
- Desenvolvimento de estratégias de comunicação.

4. Cine Ibase

- Exibição de quatro sessões de cinema.

5. Cadastro geral do Ibase

- Inclusão, exclusão e atualização sistemática de contatos.
- Checagens e renovações semestrais de cargos/nomes estratégicos para o Ibase, tais como dirigentes de organizações da sociedade civil, políticos e jornalistas, entre outros.
- Organização do cadastro por temas/assuntos caros ao Ibase.
- Impressão das etiquetas para envio de publicações.
- Manutenção de contato com o público por meio do correio eletrônico do Ibase e posterior repasse de novos *e-mails* para aumentar o cadastro do portal do Ibase.

6. Intranet

- Identificar as ferramentas para a criação da intranet, configurá-la e apresentar para a instituição.

PARTE IV

Desenvolvimento Institucional

Compreende as atividades especiais, de responsabilidade do coletivo da direção, que visam o fortalecimento do Ibase como organização de cidadania ativa.

A Amigos(as) do Ibase

Objetivo

- Engajar pessoas, organizações e movimentos, grupos comunitários e parceiros(as) para formar uma rede de adesão e sustentação política e financeira do Ibase.

Atividades principais

- Estratégia de comunicação para convidar a todos(as) que têm relação com o Ibase para aderir à rede.
- Organização do cadastro da rede de amigos(as).
- Desenvolver um sistema de fluxo de informação via internet, de ida e volta, com os(as) amigos(as).

Resultados esperados

- Rede de Amigos(as) do Ibase ampliada e fortalecida.
- Estabelecidas as bases de uma cultura em que os(as) amigos(as) tenham o sentimento de pertencimento ao Ibase.

Parcerias/Articulações

- Todos(as) que tenham alguma relação com o Ibase.

B Análise de conjuntura

Objetivo

- Realizar debate e avaliação dos fatos da conjuntura com perspectiva de radicalização da democracia, apontando riscos e oportunidades para os projetos e as atividades e a incidência política do Ibase.

Atividades principais

- Sessão mensal aberta a toda a equipe do Ibase.
- Desenvolver dinâmica de troca e construção coletiva da análise.

Resultados esperados

- Mais sintonia de equipes, projetos e atividades com a conjuntura, melhorando o desempenho e impacto.
- Notas e crônicas que alimentem o *site* do Ibase e que influenciem o debate público.

Parcerias/Articulações

- A análise de conjuntura é uma atividade aberta a quem se interessar, seja os(as) associados(as) e colaboradores(as), como outras entidades, sem definição prévia de parcerias.

C Avaliação institucional

Objetivos

- Avaliação por equipe externa do Plano Estratégico 2008-2010, destacando os impactos.
- Avaliar acertos e erros nas definições em curso com o objetivo de refundar o Ibase a partir da Plataforma 2009.
- Qualificar fortalezas e debilidades do Ibase.
- Fortalecer subsídios e sugestão para o novo Plano Estratégico.

Atividades principais

- Definição dos Termos de Compromisso (TDO) para a avaliação e negociação com as agências de apoio institucional.
- Escolha e contratação da equipe.
- Realização do trabalho de exame de documentos e entrevistas com direção e equipe, conselheiros(as) e associados(as), parceiros(as) nacionais e internacionais, dirigentes empresarias, políticos e governamentais, profissionais da mídia convencional e alternativa.
- Apresentação da avaliação e debate com a direção e o conselho do Ibase.
- Socialização interna da avaliação.
- Envio do documento final a agências e parceiros(as).

Resultados esperados

- Conselho, direção e equipe com visão mais clara das possibilidades e dos limites do Ibase.
- Maior transparência e prestação de contas a parceiros(as).
- Uma base melhor para pensar o futuro e os modos de incidir nas políticas e nos processos.

Parcerias/Articulações

- Oxfam Novib, EED, IDRC.

D Espaço de Cultura e Cidadania

Objetivos

- Buscar uma alternativa para a sustentabilidade política e cultural e instalação operacional do Ibase e das organizações parceiras do Rio de Janeiro.
- Criar um espaço coletivo e compartilhado no centro do Rio de Janeiro, capaz de abrigar um conjunto de organizações de cidadania ativa e que se torne ponto de referência da sociedade carioca, sua diversidade, sua história e seu dinamismo, suas propostas e ações, seu impacto no processo de constituição da cidadania participativa e da democracia.

Atividades principais

- Busca de prédio público com capacidade para alojar as organizações e as atividades.
- Construir a necessária parceria política com o governo para cessão do prédio.
- Formatar o consórcio/condomínio de entidades.
- Definição do projeto arquitetônico necessário e sua aprovação pelo consórcio.
- Costura das parceiras financeiras com governos do estado e município e com empresas públicas e privadas atuantes no Rio.
- Execução do projeto.

Resultados esperados

- Prédio identificado e cedido.
- Consórcio estabelecido.
- Espaço de cultura e cidadania virando realidade e revitalizando o campo de organizações de cidadania ativa do Rio.

Parcerias/Articulações

- Abong, governo federal/Secretaria-Geral da Presidência, governos estadual e municipal, empresas públicas e privadas.

E Fóruns temáticos

Objetivo

- Desenvolver internamente reflexões e debates sistemáticos em torno de “temas geradores” para elaborar um pensamento mobilizador comum e melhor concretizar as estratégias institucionais.

Atividades principais

- Organização de três diferentes Fóruns Temáticos (FTs), cada um sob liderança de um integrante da direção do Ibase:
 - Cidades ambiental e socialmente justas;
 - Participação e controle social e público de políticas do Estado e dos conglomerados empresariais;
 - Diálogo entre os povos, estratégias de emancipação e construção de agendas de cidadania planetária.
- Realização de uma sessão mensal de reflexão e debate de três horas alternando cada um dos FTs.
- Produção de documento motivador prévio e de sínteses pós-sessão de reflexão e debate.

Resultados esperados

- Aprofundamento do debate interno sobre questões estratégicas e aumento da coesão da equipe.
- Ibase mais fortalecido em sua capacidade de produção de argumentos de qualidade para o debate público.
- Documentos síntese servindo para alimentar a troca e o diálogo com parceiros(as).

Parcerias/Articulações

- A direção responsável pelo FT convida e se articula com colaboradores(as) externos e parceiros(as), tanto nas diferentes organizações como na academia, na medida que julgar necessário.

F Grupo Pedras Negras (GPN)

Objetivos

- Como coletivo de dirigentes de organizações brasileiras de cidadania ativa, o GPN tem por objetivo criar novas bases de sustentabilidade política e financeira em um contexto de crescente mundialização da agenda e da atuação e de mudança da cooperação internacional.
- Contribuir para a revitalização do setor, especialmente a Abong.

Atividades principais

- Avaliação coletiva dos desafios e das oportunidades para organizações de cidadania ativa.
- Viabilização de um fundo autônomo para financiamento institucional.
- Aprofundamento, com a Abong, das negociações com o governo para a definição de uma política de Estado.
- Criação de projetos e iniciativas conjuntas de maior incidência política.

Resultados esperados

- Fundo autônomo constituído, com acessibilidade ampla, para o apoio institucional.
- Bases de um acordo sobre características, bases legais e funcionamento de uma política de Estado para organizações de cidadania ativa e movimentos sociais.

Parcerias/Articulações

- Oxfam Novib, EED, DFID, governo federal/Secretaria-Geral da Presidência, BNDES, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Abong.

G Plano Estratégico 2011 – 2015

Objetivos

- Completar o processo iniciado na Plataforma 2009 de *aggiornamento e refundação* do lbase de acordo com desafios e oportunidades.
- Criar as bases humanas (equipe), políticas, institucionais, técnicas e financeiras para um processo estratégico de renovação permanente e busca de resultados e impacto do lbase, segundo as possibilidades nas diferentes conjunturas.
- Tornar o lbase uma organização de referência de cidadania planetária para organizações, movimentos e redes no Brasil e no mundo.

Atividades principais

- Atualização da aposta estratégica na radicalização da democracia, dos princípios e valores que orientam a atuação e dos objetivos estratégicos visados.
- Concertação interna e com o Conselho Curador sobre os lineamentos estratégicos temáticos, de lutas e do modo de atuação.
- Elaboração do documento estratégico síntese.
- Identificação das parcerias prioritárias para viabilizar o Plano Estratégico, especialmente em termos de mobilização de recursos.

Resultados esperados

- Processo de definição estratégica levado a cabo com sucesso, com consenso no Conselho/Associados, na equipe e nos principais aliados(as) e parceiros(as).
- lbase mais coeso e forte, com maior capacidade de mobilização e incidência.
- Sustentabilidade institucional mais bem resolvida em médio prazo.

PARTE V

Secretaria-Geral

Objetivos

- Apoiar a direção, os projetos e as atividades a partir de sua estrutura organizativa.
- Conduzir atitudes facilitadoras para viabilizar o desenvolvimento de uma gestão para resultados, em parceria com as coordenações de Comunicação e de Administração e Finanças.

Atividades principais

- Organizar a memória e o arquivo institucional.
- Organizar as assembleias e reuniões dos Conselhos Curador e Fiscal.
- Apoiar na organização de eventos institucionais e dos projetos.
- Apoiar a secretaria dos projetos e das atividades.
- Secretariar e organizar as reuniões da direção, dos projetos e das atividades e a agenda institucional.
- Secretariar as atividades específicas da direção.
- Apoiar a direção na captação de recursos e organizar a comunicação com parceiros(as) e financiadores.
- Apoiar a direção nas relações institucionais.

Resultados esperados

- Organização e implementação do arquivo de acompanhamento dos projetos e das relações institucionais.
- Sistematização e organização da memória institucional.
- Maior agilidade nos processos internos.
- Coordenar a “fluidez” das relações de parceria.
- Melhorar fluxo de comunicação entre as instâncias decisórias.

PARTE VI

Participação em Conselhos

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)

O Consea é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para ações na área da alimentação e nutrição. Instalado em 30 de janeiro de 2003, tem caráter consultivo e assessoria o presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. O representante do Ibase no Conselho é Francisco Menezes, diretor do Ibase e ex-presidente do Consea.

Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)

O Conjuve é um órgão consultivo da Secretaria Nacional de Juventude. Sua função é “assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã”. O Ibase é membro do Conselho desde 2008 e tem assento na Comissão de Articulação e Diálogo.

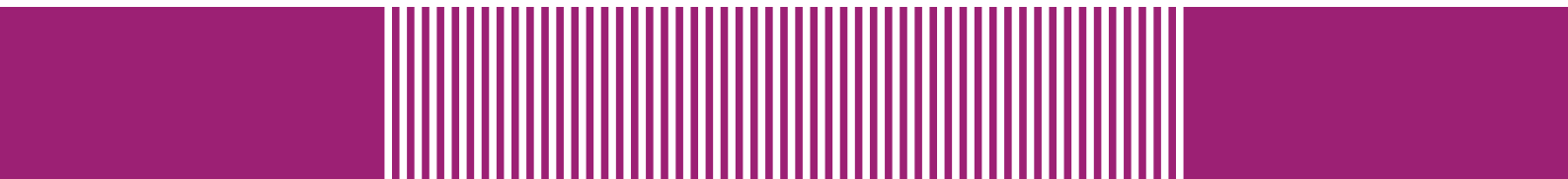
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (Consea-RJ)

O Consea-RJ é vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos e tem como objetivo propor e monitorar planos, programas e ações de política de segurança alimentar e nutricional no âmbito do estado do Rio de Janeiro. O Ibase participa do Conselho na condição de titular.



PARTE VII

Participação em Fóruns e Redes



Articulação de Entidades de Direitos Humanos

Visa fortalecer a capacidade de incidência em Direitos Humanos das organizações da sociedade civil do Rio de Janeiro, buscando como resultados o Plano Estadual de Direitos Humanos e a criação de um conselho estadual.

Fórum Brasil do Orçamento (FBO)

www.forumfbo.org.br

Tem por objetivo incidir para que haja mais direcionamento de recursos federais às políticas sociais e para ampliar o conhecimento da população sobre os gastos públicos, e, assim, aumentar a participação social no acompanhamento e na pressão por uma execução orçamentária transparente e de fácil entendimento.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

www.fbes.org.br

Articulação de empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e organizações de assessoria voltada para a promoção da economia solidária. Está estruturado por 27 fóruns estaduais de economia solidária.

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

www.fbsan.org.br

Articulação de instituições, movimentos sociais e indivíduos que se ocupam da segurança alimentar e nutricional. O Ibase faz parte da coordenação e exerce a secretaria do fórum.

Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCO-RJ)

Articulação de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio do estado do Rio de Janeiro, congregando, atualmente, 11 fóruns municipais de economia solidária.

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH)

www.direitos.org.br

Congrega entidades da sociedade civil de atuação nacional, envolvidas com a temática de Direitos Humanos, em particular no processo de conferências e diálogo com governo federal e Parlamento. O Ibase é membro da coordenação.

Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA)

Criado no contexto de maior protagonismo e visibilidade dos movimentos sociais no campo na luta por Reforma Agrária, no início dos anos 1990. Substitui e amplia o papel que a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, secretariada pelo Ibase, exercia desde 1983. O Fórum é uma aliança ampla de apoio aos movimentos e de pressão pela Reforma Agrária.

Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)

www.forumreformaurbana.org.br

Articulação de atores sociais oriundos de movimentos populares, ONGs, entidades e associações de classe, instituições de pesquisa sobre questões urbanas, acadêmicos e técnicos do poder público. O objetivo é desenvolver políticas públicas para a promoção de reforma urbana nas cidades brasileiras. A Secretaria Executiva do FNRU se encontra na Fase, desde janeiro de 2001. O Ibase compõe a coordenação do FNRU.

Global Call for Action Against Poverty – Together for Equality

Chamada Global para Ação contra a Pobreza – Aliança pela Igualdade (GCAP)

Coalizão internacional de cidadãos e cidadãs, presente em 100 países, criada para pressionar os governos e as organizações internacionais por ações e políticas públicas para a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Suas principais demandas são: prestação pública de contas, governança justa e realização dos Direitos Humanos; justiça comercial; aumento substancial na quantidade e qualidade da ajuda e do financiamento ao desenvolvimento; cancelamento da dívida dos países mais pobres e igualdade de gênero. O Ibase integra o grupo de coordenação da plataforma brasileira e do grupo de referência para a América Latina e o Caribe.

International Budget Partnership (IBP)

www.internationalbudget.org

O IBP foi formado dentro do Center on Budget and Policy Priorities para colaborar com organizações da sociedade civil em países em desenvolvimento. O objetivo é analisar, monitorar e influenciar processos orçamentários governamentais e instituições que atuam com orçamento público. Atualmente, atua como rede internacional de parceiros que trabalham pela democratização do orçamento público.

Observatório Euro Latinoamericano sobre el Desarrollo Democrático y Social (Euralat)

www.euralat.org

A rede se constituiu em 2003, em Perúgia, Itália, a partir de uma articulação de organizações de cidadania ativa da América Latina e de países latinos da Europa. Visa fortalecer a atuação das entidades participantes e qualificar a sua participação no processo Fórum Social Mundial.

Plataforma BNDES

www.plataformabndes.org.br

Articulação de organizações e movimentos sociais voltada para a democratização de um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento nacional, o BNDES.

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil)

www.rbrasil.org.br

Rede de organizações, centros acadêmicos, sindicatos e movimentos sociais brasileiros que visa acompanhar e intervir em questões relativas às ações de instituições financeiras multilaterais no Brasil.

Social Watch/Observatório da Cidadania

Rede internacional que congrega mais de 400 organizações da sociedade civil em 80 países. Foi criada, em 1995, para lutar pela erradicação da pobreza e pela promoção da equidade de gênero e étnica/racial. Utiliza mecanismos de monitoramento, avaliação de políticas públicas, articulação e mobilização da sociedade civil e advocacy nos âmbitos nacionais e internacionais. Publica, anualmente, um relatório sobre o desenvolvimento social. No Brasil, a iniciativa é coordenada por um grupo de referência: Ibase, Inesc, Cfemea, Cesec/Ucam, Criola, e Rede Dawn, sendo do Ibase a coordenação-executiva.

Riscos

Riscos principais para o sucesso dos efeitos diretos	Indicadores de redução ou controle de risco em 2010
1. Articulação institucional do Ibase com os movimentos sociais em ano eleitoral.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e consolidar o Fórum da Cidadania no Rio de Janeiro e a Plataforma BNDES como espaços de concertação. • Conduzir a relação do Ibase com os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil com autonomia e respeito mútuo.
2. Forte representação do Ibase na pessoa do seu diretor geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Recomposição do coletivo da direção do Ibase com clara distribuição de atribuições e papéis entre si e com as coordenações.
3. Financiamento institucional do Ibase.	<ul style="list-style-type: none"> • Novas bases de financiamento institucional construídas.
4. Autonomia financeira e sustentação do Ibase.	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar avaliação institucional, apontando fortalezas a priorizar e debilidades a corrigir. • Definir novo Plano Estratégico. • Consolidar o coletivo GPN como referência para a busca de sustentabilidade.
5. Perda de credibilidade do Ibase em relação ao FSM.	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o GRAP-FSM – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial. • Priorizar o apoio ao processo de mobilização e viabilização do FSM Dakar 2011.

Quadro dos compromissos assumidos 2010

Efeitos diretos que potencialmente contribuíram para mudanças de políticas e práticas	Indicadores de progresso dos efeitos diretos 2010
1. Criar base de diálogo permanente sobre cooperação, desenvolvimento e democracia, trabalhando em rede com organizações parceiras para enfrentar o desafio da reinvenção da atuação e sustentabilidade política e financeira de organizações de cidadania ativa no Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia política e financeira das organizações de cidadania ativa fortalecida. • Viabilização de iniciativas conjuntas como coletivo GPN.
2. Tema das energias renováveis (agrocombustíveis) incorporado na agenda do Diálogo Sul-Sul, envolvendo entidades da América Latina e África, fortalecendo as lutas de agricultores(as) familiares e camponeses(as) contra a expansão da monocultura.	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento público para os setores de agrocombustível (etanol) e hidroelétrico monitorados por meio da Plataforma BNDES, incidindo nos critérios de regulação em favor de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável.
3. Novos atores e temas (ambientais) centrais no FSM 2009, na Amazônia, mobilizados contra políticas que produzem exclusão, pobreza, desigualdade e destruição ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço na construção do FSM Temático “Crise de Civilização”. • Processo de preparação e participação no FSM Dakar 2011, trazendo ao centro a agenda a justiça social e ambiental.
4. Incidência sobre as políticas públicas de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhescas) mediante cursos de educação a distância (EAD), por rádio e Internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da atuação do Fendh. • Consolidação do Conselho Nacional e Estadual de DDHH. • Fortalecimento da Arendh, participando da revisão do Plano Estadual DDHH.
5. Campanhas públicas contra o racismo realizadas nos meios de comunicação de massa e alternativos, provocando debate público em âmbito nacional sobre direitos humanos e responsabilidade cidadã e políticas de ação afirmativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade do tema reforçada por meio de inserções na mídia e campanhas públicas. • Cartilha “Cotas raciais: Por que sim?” amplamente distribuídas em todas as regiões do país.
6. Redes (e.o Via Campesina) e movimentos sociais (especialmente camponeses, feministas, indígenas e ambientalistas) na América Latina (Mercosul) e África Austral, com capacidade de incidir sobre as ações das empresas transnacionais e projetos de integração regional em curso.	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do trabalho do Diálogo dos Povos na América Latina, com incidência nos principais processos de articulação política e social na região, especialmente em torno do tema mudanças climáticas. • Consolidação do processo de construção do Fórum Temático “Crise de Civilização” com ampla participação de entidades e movimentos dos dois continentes.
7. Debate no Parlamento do Mercosul sobre os resultados da pesquisa “Juventude e Integração Sul-americana” e consolidação de uma rede de entidades de jovens de seis países da América do Sul (Brasil, Uruguai, Bolívia, Argentina, Paraguai e Chile), influenciando as políticas nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades articuladas na rede Juventudes Sulamericanas, ampliando o debate sobre juventude em seus países e contribuindo para consolidar políticas públicas de juventude.

8. Mecanismos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada criados e implementados.	Programas de segurança alimentar e nutricional monitorados conforme a perspectiva do direito humano à alimentação, seguindo metodologia desenvolvida no Consea, com participação do Ibase.
9. Ampliação dos orçamentos públicos, federal e do estado do Rio de Janeiro, no que se refere aos programas de segurança alimentar e nutricional	Revisão da lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar, incorporando reajuste anual automático, conforme proposta apresentada pelo Ibase.
10. Inserção na economia local/regional de trabalhadores(as) de empreendimentos solidários, estimulando a criação de cadeias e redes produtivas.	<ul style="list-style-type: none"> • Dados e análises do Cirandas.Net (e.o. número de empreendimentos, inserção na economia local/regional e trabalhadores(as) envolvidos(as), com recorte de gênero e raça) divulgados e apropriados por multiplicadores, em todas as regiões do país. • Grupos de produção e/ou cooperativas com visibilidade em seus territórios e articulados no debate sobre empreendimentos solidários no Rio de Janeiro
11. Políticas públicas de economia solidária implementadas, em especial o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário e o Sistema de Finanças Solidárias.	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha em defesa do Sistema Nacional de Economia Solidária, do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária implementada no contexto da Campanha da Fraternidade de 2010, com o tema “Economia e Vida”. • Política Nacional de Formação em Economia Solidária estruturada a partir da operação dos centros regionais e nacional de formação.
12. Política de informação pública sobre inversões do BNDES (30 bilhões de dólares/ano) implementada; plataforma nacional composta pelas principais organizações da sociedade civil brasileira (aproximadamente 40), influenciando as decisões de financiamento do Banco, visando a promoção de um desenvolvimento inclusivo e ambientalmente responsável.	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma BNDES composta pelas principais organizações da sociedade civil brasileira, influenciando as decisões de financiamento do Banco. • Política de informação pública sobre inversões do BNDES (70 bilhões de dólares/ano) implementada. • Critérios e parâmetros regionais e socioambientais (com recorte de gênero e raça) contemplados pelo BNDES em sua política operacional.
13. Propostas alternativas para a governança financeira global (Banco Mundial, FMI, BIS e outros) elaboradas com uma rede de especialistas e lideranças de movimentos sociais de 13 países, visando a democratização do sistema financeiro internacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da difusão de conhecimento sobre a governança financeira global para organizações da sociedade civil brasileira e internacional. • Organizações da sociedade civil articuladas e mobilizadas, buscando ampliar o debate público, em especial aquelas dos países membros do G20, menos mobilizadas (África do Sul, Coreia do Sul, Brasil entre outros).

<p>14. Cultura de monitoramento e controle público cidadão sobre grandes conglomerados empresariais que atuam no Brasil, na África lusófona e em outros países da América Latina (Argentina, Chile, México, Peru e Uruguai) disseminada e fortalecida entre as organizações da sociedade civil e suas redes, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento baseado na democracia e nos Dhescas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilização do projeto de transparência, controle social e ambiental sobre a indústria extrativista.
<p>15. Moradores(as) de favelas e comunidades populares apoiados(as) na sua luta pelo direito à cidade, pelo desenvolvimento local integrado e pelo direito à segurança cidadã, como expressão de um outro mundo possível.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar e ampliar o método de interlocução pública e cidadã – “asfalto”/favela. • Ampliar e consolidar o Fórum da Cidadania, promovendo a articulação “asfalto”/ favela, como um espaço de negociação das diferenças e de construção de convergências para a elaboração de propostas e alternativas que potencializem as ações do PAC, tendo como referências as áreas do Complexo de Manguinhos, Complexo do Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Colônia Juliano Moreira. • Contribuir com o movimento social na perspectiva de garantir o direito à cidade para todos(as) os(as) moradores(as), em particular das favelas do Rio de Janeiro, articulando-se a outras iniciativas que visam impedir a remoção de favelas na cidade. • Contribuir para a organização comunitária de territórios específicos, fortalecendo a construção de redes sociais que incidam nas políticas públicas locais.
<p>16. Fortalecimento institucional:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) gênero b) liderança e renovação c) transversalidade e coesão d) planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Temas transversais -- gênero, etnia e juventude – presentes e visibilizados nos projetos e atividades do Ibase. • Atividades agregadoras funcionando como força de estruturação. • Maior engajamento das equipes em PMA (planejamento, monitoramento e avaliação).

Equipe Ibase

Ana Cristina Xavier
Ana Matos
Anílsa Ferreira Alcantara
Antonia Rodrigues
Cândido Grzybowski
Carlos Costa Filho
Carlos Guillermo Aguilar
Carlos Tautz
Cássio Martorelli
Cláudia Mansur
Cosme Elias da Silva
Cristina Lopes
David Faustino Pereira
Dulce Pandolfi
Elaine Amaral de Mello
Eugênia Motta
Fernanda Carvalho
Felipe Rodrigues Siston
Flávia Mattar
Francisco Menezes
Gabriel Ferreira Gonçalves
Gamaliel de Araújo Silva
Geni Macedo
Íris Patricia Batista
Itamar da Silva
Jamile Chequer
João Gomes Soares
João Roberto Lopes Pinto
Juciara Oliveira Cruz
Líliá Barcelos Pimentel
Luciana Badin
Luzmere Maria Demoner
Maria de Fátima Moreira Souza
Maria do Socorro Oliveira do Nascimento
Maria Edileuza Matias Miranda
Maria Inês Carvalho Gouveia

Maria Nakano
Marina Ribeiro
Moema Miranda
Nahyda Franca
Patrícia Lânes
Raimundo Dumas Filho
Renata Lins
Rita Correa Brandão
Rosângela Bueno
Rozi Billo
Vívian Braga

Menor aprendiz

Natália Luziano Moraes

Associados(as)

Adhemar Mineiro	Jane Souto	Nelson Delgado
Agop Kayayan	Jean-Pierre Leroy	Neuri Rosseto
Agostinho Guerreiro	Jether Ramalho	Nívia Maria P. de Souza
Alberto Ercílio Broch	João Guerra de Castro	Paulo Betti
Alcione Araújo	Monteiro	Paulo Magalhães
André Spitz	Joel Rufino	Paulo Márcio de Mello
Antonio Carlos M. Gomes	Joel Zito	Pedro Celestino
Ari Roitman	Jorge Eduardo S. Durão	Pedro Jorge B. Ferreira Lima
Aristides Junqueira	Jorge Romano	Pedro Luiz Dalcerro
Atila Roque	José Márcio Camargo	Plínio de Arruda Sampaio
Beatriz Heredia	José Roberto Novaes	Regina Domingues
Carla Rodrigues	José Sérgio Leite Lopes	Regina Novaes
Carlos Afonso	Joyce Silveira P. de Jesus	Reinaldo Gonçalves
Carlos Frederico Loureiro	Jurandir Freire Costa	Ricardo Rezende
Carlos Plastino	Jussara Miranda	Rosana Heringer
Celso Japiassu	Leilah Landim	Rosilene Alvim
Celso Bredariol	Lia Blower	Rousseau Leão C. Filho
Claudius Ceccon	Lygia Segala	Rubem César Fernandes
Cleonice Dias	Lúcia Ribeiro	Sebastião Soares
Dom Mauro Morelli	Lúcia Xavier	Sérgio Ferreira
Eduardo Homem	Luiz Alberto Gómez de Souza	Sérgio Pereira Leite
Emerson Kapaz	Luiz Carlos Prado	Sérgio Pizzo
Emir Sader	Luiz Fernando Levy	Silvia Camurça
Ervino Schmidt	Luiz Mário Behnken	Silvio Schneider
Fátima Mello	Luiz Pinguelli Rosa	Sônia Carvalho
Fernando Cardim	Maitê Proença	Sonia Fleury
Francisco Pinheiro	Manoel Lapa	Suely Caldas
Francisco Whitaker	Marcelo Lavenère	Tadao Takahashi
Graciela Rodríguez	Maria Betânia Ávila	Taís Ladeira
Graciela Selaimen	Maria Clara Couto Soares	Tânia Pacheco
Guacira Oliveira	Maria da Conceição d'Incao	Vanilda Paiva
Henri Acselrad	Maria Emília Pacheco	Wanda Engel
Isabel Carvalho	Mario Osava	Wania Sant'Anna
Ivan Daibert	Miguel Darcy	Zilda Junqueira
Ivo Lesbaupin	Miguel Pereira	
Jacira Melo	Moacir Palmeira	
Jaime Patalano	Muniz Sodré	
Jane Galvão	Nádia Rebouças	

Fontes de financiamento

Arcs Arci Cultura e Sviluppo

ActionAid Internacional

Ayuntamiento de Sant Cugat Del Vallès

Ajuda das Igrejas Norueguesas (AIN)

CAIXA

Cartões AMEX

Center on Budget and Policy Priorities (CBPP)

Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa (IDRC)

Comitê Católico contra a Fome e a Favor do Desenvolvimento (CCFD)

Cooperação Descentralizada da Região Umbria (Itália)

Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)

Serviço das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED)

Fundação Charles Léopold Mayer (FPH)

Fundação Ford

Fundação Heifer

Fundação Heinrich Boell

Furnas Centrais Elétricas S.A.

International Budget Partnership (IBP)

Itaipu Binacional

Ministério das Relações Exteriores da Itália (MAE)

Organização Holandesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Oxfam Novib)

Petrobras

Rede de Amigos do Ibase

Siglas e abreviaturas

A

ABC – Associação Brasileira de Cooperação
 Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
 Abosep – Associação Beneficente Obra Social Estrela da Paz
 AFM – Articulação Feminista Mercosul
 AIN – Ajuda das Igrejas Norueguesas
 ANND – Arab NGO Network for Development
 Arcs – Arci Cultura e Sviluppo
 Arendh – Articulação de Entidades de Direitos Humanos
 Attac – Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão
 Awid – Associação para os Direitos das Mulheres no Desenvolvimento

B

BB – Banco do Brasil
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 Bric – Brasil, Índia, Rússia e China

C

Caixa – Caixa Econômica Federal
 Caii – Coordenação Andina de Organizações Indígenas
 CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz
 CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento
 Cedeca – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
 CDD – Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local
 Cedla – Centre for Latin American Research and Documentation
 Cefca – Covenant Ecumenical Fellowship and Cathedral Assemblies
 Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
 Cesec/Ucam – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes
 Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
 CI – Conselho Internacional
 Ciemen – Centre Internacional Escarré per las Minories Ètniques i les Nacions
 Coep – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
 Comperj – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
 Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
 Consea – Conselho de Segurança Alimentar
 Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 Coopforte – Cooperativa Forte da Cidade de Deus
 CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico
 CUT – Central Única dos Trabalhadores

D

DEA – Direção Executiva Ampliada
 DFID – Departamento para o Desenvolvimento Internacional
 Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

E

Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes
 EED – Serviço das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento
 Eurodad – Rede Europeia sobre Dívida e Desenvolvimento

F

Faferj – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
 Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
 Faor – Fórum da Amazônia Oriental
 FCO – Fórum de Cooperativismo Popular
 FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
 FBO – Fórum Brasil do Orçamento
 FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
 Fendh – Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
 Fetraf – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
 FNRA – Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo
 FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
 Fobomade – Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo
 FPJ – Fato, Pesquisa e Jornalismo
 FSM – Fórum Social Mundial
 FT – Fórum Temático

G

Gcap – Chamada Global para Ação contra a Pobreza
 GPN – Grupo Pedras Negras
 Grap – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo FSM
 GT – Grupo de Trabalho

I

Ibas – Índia, Brasil e África do Sul
 Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
 IBP – Internacional Budget Partnership
 IDRC – Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa do Canadá
 IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
 IIED – International Institute for Environment and Development
 Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos
 IPF – Instituto Paulo Freire
 IPS – Inter Press Service (Brasil)

M

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
 MAE – Ministério das Relações Exteriores da Itália
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

O

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 ONG – Organização Não Governamental
 OSC – Organização da Sociedade Civil

P

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCS – Plano de Cargos e Salários
PEC – Plano de Educação Continuada
Peris – Percorsi di Inserimento Sociale e lavorativo di giovani e donne della municipalità di Rio de Janeiro
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

R

Rebrip – Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano
RWI – Revenue Watch Institute

S

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
Semur – Secretaria Municipal de Reparação de Salvador
Senai – Serviço Nacional da Indústria
Seppir – Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
Sesc – Serviço Social do Comércio
Sesi – Serviço Social da Indústria
Sida – Swedish International Development Cooperation Agency
Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

T

TDO – Termos de Compromisso
TDR – Termos de Referência

U

Ucam – Universidade Candido Mendes
Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro



ibase.

Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas